



# Prefeitura Municipal de Mucurici

## Estado do Espírito Santo

### CONTROLE INTERNO

#### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO - MUNICÍPIO

**Emitente:** *Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo*

**Entidade:** *Prefeitura Municipal de Mucurici*

**Gestor responsável:** *Atanael Passos Wagmacker*

**Exercício:** 2022.

## 1. RELATÓRIO

### 1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Controladoria Geral do Município de Mucurici, Órgão Central do Controle Interno, no exercício de sua missão institucional e, em cumprimento as suas obrigações legais, apresenta o corrente relatório e parecer.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Itens de abordagem prioritária						
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.						
Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo de Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentária	Relatório de movimento financeiro PMM.	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os	Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias,	Relatório de Movimento financeiro emitido do software de contabilidade pública e CF/88 art 168.



# Prefeitura Municipal de Mucurici

## Estado do Espírito Santo

### CONTROLE INTERNO

rios ao Poder Legislativo			créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma da lei complementar...	A Lei Municipal nº 782/2021, para o exercício de 2022, que estimou a receita e fixou a despesa para o município de Mucurici previu em seu art. 3º a importância de R\$1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais) para cobertura das despesas do poder legislativo.
---------------------------------	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Constatações:** Os repasses foram realizados em:

#### DATA DO PAGTº/ VALOR

19/01/2022 – R\$ 104.166,00	19/08/2022 – R\$ 104.166,00
18/02/2022 – R\$ 104.166,00	20/09/2022 – R\$ 104.166,00
18/03/2022 – R\$ 104.166,00	20/10/2022 – R\$ 104.166,00
20/04/2022 – R\$ 104.166,00	18/11/2022 – R\$ 104.166,00
20/05/2022 – R\$ 104.166,00	20/12/2022 – R\$ 104.174,00
20/06/2022 – R\$ 104.166,00	
20/07/2022 – R\$ 104.166,00	

#### 1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo de pontos de controle	Amostra selecionada
1.4.1	Educação – aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO – ANEXO 8	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação	A Constituição federal estabelece: art 212. A união aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os estados, o Distrito Federal e os Municípios 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.	RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária de 2022 (Anexo 8) e art. 212 – CF/88.

### CONTROLE INTERNO

				- LDB.		
<p><b>Constatações:</b> Conforme dados constantes na RREO 2022– Anexo 8 (Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino-MDE), apresentam as receitas resultantes de impostos = R\$ 28.896.791,10 (vinte e oito milhões, oitocentos e noventa e seis mil, setecentos e noventa e um reais e dez centavos). As Receitas Resultantes de Transferências Constitucionais e Legais = R\$ 26.756.199,89 (vinte e seis milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, cento e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino R\$ 9.517.684,42 (nove milhões, quinhentos e dezessete mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos). Sendo assim, o percentual de aplicação em MDE realizada pelo município de Mucurici alcançou na data base de 31/12/2022 o índice de 32,94% (trinta e dois vírgula noventa e quatro por cento) sobre os recursos arrecadados de impostos e transferências Constitucionais e Legais, ultrapassando o limite anual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido no art. 212 – CRF/88.</p>						
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO – ANEXO 8	CRFB/88, art. 60, inciso XII do ADCT.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	A Lei Federal nº 11.494/97 estabelece: art. 22 pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.	RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária –2022 (anexo 8) – Lei Federal nº 14.276/21.
<p><b>Constatações:</b> Os dados constantes no RREO 2022– Anexo 8, apresentam as receitas líquidas resultantes do FUNDEB R\$ 4.074.072,54 (quatro milhões, setenta e quatro mil, setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos); O valor das despesas para pagamento dos profissionais do Magistério = R\$ 4.610.806,16 (quatro milhões, seiscentos e feze mil, oitocentos e seis reais e dezesseis centavos). Portanto as despesas com pagamento dos profissionais do Magistério do Município de Mucurici alcançou na Data Base de 31/12/2022 o índice de 113,17% (cento e treze vírgula dezessete por cento) sobre as receitas líquidas resultantes do FUNDEB. Ultrapassando o limite anual mínimo de 70% (setenta por cento) estabelecido pela Lei 14.276/21.</p>						
1.4.4	Saúde – aplicação mínima.	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO – anexo XII	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.	A Lei Complementar nº 141/2012 estabelece: art.7º Os municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.	RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária de 2022 (Anexo XII) e Art. 7º - LC 141/12.



# Prefeitura Municipal de Mucurici

## Estado do Espírito Santo

### CONTROLE INTERNO

**Constatações:** Os dados constantes no RREO 2022 – Anexo XII (demonstrativo da receita de impostos líquida e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde), apresentam as receitas resultantes de impostos = R\$ 2.140.591,21 (dois milhões, cento e quarenta mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte e um centavos); as receitas resultantes de transferências constitucionais e legais = R\$ 25.622.955,92 (vinte e cinco milhões, seiscentos e vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde R\$ 7.453.159,07 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, cento e cinquenta e nove reais e sete centavos). Portanto a despesa em ações e serviços públicos de saúde realizada pelo Município de Mucurici alcançou na data base de 31/12/2022 o índice de 26,85% (vinte e seis vírgula oitenta e cinco por cento) sobre os recursos arrecadados de impostos e Transferências Constitucionais e Legais, ultrapassando o limite anual mínimo de 15% (quinze por cento) estabelecido no art. 7º - LC 141/12.

1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Demonstrativo da despesa com pessoal Anexo RGF	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	A Lei Complementar nº 101/00 estabelece: art 19 para fins do disposto no caput do art. 169 da constituição a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: III- município 60% (sessenta por cento); e art. 20 a repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais: III – na esfera municipal: a) 6% (seis por cento) para o legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver; b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o executivo.	RGF – relatório de gestão fiscal – 2º semestre de 2022 (anexo 1) e arts 19 e 20 LC 101/2000.
-------	-------------------------------	------------------------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------

**Constatações:** De acordo com o RGF 2022 -Anexo I (demonstrativo simplificado do RGF – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social), apresenta a Receita Corrente Líquida – RCL = R\$ 38.574.593,00 (trinta e oito milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e três reais); a despesa total com pessoal = R\$ 17.185.979,50 (dezessete milhões, cento e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos); Portanto a despesa total com pessoal alcançou pelo Poder Executivo na data base de 31/12/2022 o índice de 44,55% (quarenta e quatro vírgula cinquenta e cinco por cento) sobre a RCL. Conforme a LRF inciso II do §1º do art. 59 o índice atingido **não está** no limite de alerta que corresponde a 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento) nem atinge o limite prudencial qual seja 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento), ou ainda o limite máximo de 54,00% (cinquenta e quatro por cento). A LRF estabelece que o Gestor Municipal realize através da Secretaria Municipal de Finanças e Administração, o monitoramento constante das receitas e despesas, inclusive com adoção imediata de medidas visando reduzir o custeio da máquina pública, e conforme observa-se dos valores apresentados que o Poder Executivo está abaixo do limite de alerta estabelecido pela LRF.

## CONTROLE INTERNO

1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal de 2022 (anexo 1)	LC 101/2000, art 22, parágrafo único	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único inciso I e V, da LRF foram observados.	A LC nº 101/2000 no art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre. Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso: Conforme incisos I a V da LRF.	RGF – Relatório de gestão Fiscal – 2022 (Anexo 1) e art. 22, parágrafo único e incisos I a V.
--------	---------------------------------------------------	----------------------------------------------------	--------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------

**Constatações:** Conforme os dados do RGF 2022 – Anexo 1 (Demonstrativo da Despesa com Pessoal), que apresenta a Receita Corrente Líquida – RCL de R\$ 38.574.593,00 (trinta e oito milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e três reais) a despesa total com pessoal = R\$ 17.185.979,50 (dezessete milhões, cento e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos); o Poder Executivo NÃO ultrapassou o índice de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) de despesas com pessoal. Portanto a despesa total com pessoal pelo Poder Executivo na Data base de 31/12/2022 alcançou índice de 44,55% (quarenta e quatro vírgula cinquenta e cinco por cento) sobre a RCL. Conforme a LRF inciso II do § 1º do art. 59 o índice atingido está a 6,75% (seis vírgula setenta e cinco por cento) de distância do Limite de Alerta que corresponde pelo percentual entre 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento). A LRF estabelece que o Gestor Municipal realize através da Secretaria Municipal de Finanças e Administração, o monitoramento constante das receitas e despesas, inclusive com adoção imediata de medidas visando reduzir o custeio da máquina pública. De acordo com o parágrafo único do art. 22 da LRF – LC nº 101/2000 o Poder Executivo conforme estipulado poderá sofrer as penalidades legais previstas, caso atinja o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento).

1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	RGF – anexo I	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	A LC nº 101/00 §1º a 4º do art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	RGF – Relatório de Gestão Fiscal de 2022 (anexo 1) art. 23 da LC 101/2000, e art. 169 da CF/88.
--------	-------------------------------------------------------------------------------------	---------------	---------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------



## CONTROLE INTERNO

					não poderá exceder os limites estabelecidos em LC.(Redação dada pela EC nº 19, de 1998) da CF/88.	
--	--	--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------	--

**Constatações:** Ficou constatado que o Poder Executivo NÃO ultrapassou o índice de 51,30 (cinquenta e um vírgula trinta por cento) de despesas com pessoal, índice equivalente a 95% (noventa e cinco por cento) sobre o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) conforme os dados constantes no RGF 2022 – Anexo 1 (Demonstrativo da Despesa com Pessoal), que apresenta a Receita Corrente Líquida RCL de R\$ 38.574.593,00 (trinta e oito milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e três reais). A despesa total com pessoal = R\$ 17.185.979,50 (dezesete milhões, cento e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos); Portanto a despesa total com pessoal pelo Poder Executivo na Data base de 31/12/2022 alcançou índice de 44,55% (quarenta e quatro vírgula cinquenta e cinco por cento) sobre a LRF. o índice atingido está. A LRF estabelece que o Gestor Municipal realize através da secretaria municipal de finanças e administração, o monitoramento constante das receitas e despesas, inclusive com adoção imediata de medidas visando reduzir o custeio da máquina pública. O Poder Executivo está a 6.75% (seis vírgula setenta e cinco por cento) de distância do Limite de Alerta.

### 2. Itens de abordagem complementar

#### 2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo de Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.1.2	LDO – limitação de empenho.	LDO – Lei Municipal nº 774/2021	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	A LC nº 101/2000, art 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: I- disporá também sobre: a) equilíbrio entre receitas e despesas; b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste art. No art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;	LDO – Lei Municipal nº 774/2021

**Constatações:** A LDO para o exercício de 2022 possui em seu artigo 24 critérios/mecanismos de limitação de empenho.

2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas	LDO - Lei Municipal nº 774/2021, arts. 39 e 40.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com	A LC nº 101/2000, art. 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: I- disporá também sobre: normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos	LDO - Lei Municipal nº 774/2021.
-------	-----------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------	---------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------

## CONTROLE INTERNO

				recursos dos orçamentos.	do orçamento;	
--	--	--	--	-----------------------------	---------------	--

**Constatações:** Consta na Lei Municipal nº 774/2021 – LDO para o exercício de 2022, em seu artigo 39 que “O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF. Parágrafo único – os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, “e” da LRF)”, e artigo 40 “Os programas priorizados por esta lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2022 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º I, “e” da LRF)”.

2.1.4	LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LDO - Lei Municipal nº 774/2021, art 32.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	A LC nº 101/2000 art 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da constituição e: I- disporá também sobre: f) demais condições e exigências para transferências de recursos e entidades públicas e privadas;	LDO - Lei Municipal nº 774/2021, art 32 e LC 101/2000 art. 4º inciso I, alínea “f”.
-------	-----------------------------------------------------------------------	------------------------------------------	---------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

**Constatações:** Consta na Lei Municipal nº 774/2021 – LDO para o exercício de 2022 em seu artigo 32 dispositivo que estabelece condições e exigências para transferências de recursos a entidades privadas.

2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	LDO – Lei Municipal nº 774/2021, Art. 1º, Inciso I.	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Lei complementar nº 101/2000, art 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: § 1º integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias anexo de metas fiscais, em que serão estabelecidos metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes § 2º alíneas I a V.	LDO -Lei Municipal nº 774/2021 e LC 101/2000 art. 4º inciso I, §§ 1º e 2º.
-------	--------------------------------------------	-----------------------------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------

**Constatações:** Consta na Lei Municipal nº 774/2021 – LDO para o exercício de 2022, dentre seus anexos, consta o anexo de Metas Fiscais.

## CONTROLE INTERNO

2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Municipal nº 774/2021.	Portaria STN nº 637/2012	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao manual de demonstrativos fiscais editados pela STN.	A portaria STN nº 637/2012 Considerando a necessidade de padronização dos demonstrativos fiscais nos três níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas públicas na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), art. 1º, parágrafo único e art. 2º;	LDO - Lei Municipal nº 774/2021 e Portaria STN nº 637/2012, art 1º Parágrafo Único e art. 2º.
-------	-------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Constatações:** Os demonstrativos que integram as metas fiscais da LDO para o exercício de 2022, foram elaborados de acordo com o Manual do STN, sendo: Art. 7º - Metas Anuais; Art. 8º - Avaliação de Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; Art. 9º - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três exercícios anteriores; Art. 10º - Evolução do Patrimônio Líquido; Art. 11º - Origem e Aplicação de Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos; Art. 12º - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; Art. 13º - Margem de Expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

2.1.7	LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência	LDO – Lei Municipal nº 774/2021 Art. 6º.	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 74/2021	LDO 774/2021 e LC 101/2000, art. 4º, § 3º.
-------	---------------------------------------------------------	---------------------------------------------------	--------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------	--------------------------------------------------

**Constatações:** Consta na lei municipal nº 774/2021 - LDO para o exercício de 2022, o anexo de Riscos Fiscais, bem como também é abordado o tema Riscos Fiscais em seu Art. 27, § 2º.

2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo.	LDO – Lei Municipal nº 774/2021.	Portaria STN nº 637/2012 art. 165, § 7º.	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	A portaria STN nº 637/2012 considerando a necessidade de padronização dos demonstrativos fiscais nos três níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas públicas na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal	LDO – Lei Municipal nº 774/2021, art. 1º, Parágrafo Único, e art. 4º.
-------	-----------------------------------------------------	----------------------------------------	------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------





# Prefeitura Municipal de Mucurici

## Estado do Espírito Santo

### CONTROLE INTERNO

					(LRF) art. 1º, parágrafo único e art. 2º;	
--	--	--	--	--	-------------------------------------------	--

**Constatações:** Consta na Lei Municipal nº 774/2021 – LDO para o exercício de 2022, o Anexo de Riscos Fiscais e o Demonstrativo de Riscos Fiscais e providências, elaborado conforme o Manual aprovado da STN.

2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios.	Relatório emitido do Software de Contabilidade Pública - Orçamento	CRF/88 art 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Fica estabelecido na CF/88, § 5º. É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009)	Relatório emitido do Software de Contabilidade Pública
--------	---------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------	-----------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------

**Constatações:** Consta no Orçamento Municipal dotação para pagamento de sentenças judiciais para o exercício de 2022, no valor de R\$ 93.500,00 (noventa e três mil e quinhentos reais).

### 2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Procedimento	Universo de ponto de controle	Amostra analisada
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	LOA 782/2021 art.5º.	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Na CF/88 art. 167. São vedados: V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes	Lei municipal nº 782/2021 art 5º. CF/88, art 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.

**Constatações:** Consta na Lei Municipal nº 782/2021 – LOA no art. 5º autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) sobre o total da despesa fixada em seus respectivos orçamentos. Os quais foram utilizados 20% (vinte por cento) de aumento de crédito suplementar, de acordo Lei nº 813/2022, em consonância com o artigo 5º da LOA.

2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	Relatório emitido do Software da Contabilidade Pública.	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de	A Lei nº 4.320/1964, art 42- Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro: Os créditos suplementares e especiais especiais serão autorizados por lei e	Decretos suplementações no orçamento, e a Lei nº 4.320/1964, art 42.
--------	-----------------------------------------	---------------------------------------------------------	-----------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------



# Prefeitura Municipal de Mucurici

## Estado do Espírito Santo

### CONTROLE INTERNO

				decreto executivo.	abertos por decreto executivo.	
<b>Constatações:</b> Constatam 17 (dezesete) Decretos Executivos Suplementares no exercício de 2022, estando devidamente autorizados pela Lei Municipal 782/2021 e Lei 813/2022.						
2.2.15	Créditos orçamentários – transposição remanejamento e transferências	LOA - Lei Municipal nº 782/2021	CRFB/88, art. 167 inciso VI	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.	A CF/88, art 167, inciso VI – a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	LOA – Lei Municipal nº 782/2021, e CF/88 art. 167, inciso VI.
<b>Constatações:</b> Não identificamos transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.						
2.2.19	Créditos extraordinários - abertura	Relatório de Créditos Adicionais disponibilizado pelo Setor de Contabilidade Pública.	CRFB/88, art 167 § 3º	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerras, comoção interna ou calamidade pública, observando o disposto no art. 62 da CRFB/88.	A CF/88, art 167, § 3º a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observando o disposto no art. 62.	Relatório de créditos adicionais emitido do software de Contabilidade Pública e CF/88 art. 167, § 3º.
<b>Constatações:</b> Conforme verificado no relatório não houve abertura de Créditos Extraordinários no Exercício de 2022.						
2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Verificação realizada no site e Portal da Transparência..	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da	Na LC 101/2000, art. 48. São Instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da execução orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas	Verificação realizada no site e Portal da Transparência, e LC 101/2000, art 48 e arts. 52 a 58 da LRF.

## CONTROLE INTERNO

				LRF.	desses documentos. Parágrafo único.	
--	--	--	--	------	----------------------------------------	--

**Constatações:** Verificamos que foram disponibilizados nos meios de acesso a informação deste Município o PPA 2022-2025, a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA – Lei Orçamentária Anual, de 2022, RREO e RGF, dentre outros instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais.

2.2.22	Transparência na gestão execução orçamentária	Análise/consulta ao Portal de Transparência da Prefeitura Municipal.	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foi objeto de divulgação em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no art 48-A da LRF.	Na LRF a LC nº 101/2000 Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o RREO e o RGF; e as versões simplificadas desses documentos.	Análise/consulta ao Portal da Transparência, e LC 101/2000 art 48 e arts. 52 a 58 da LRF.
--------	-----------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------	-----------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------

**Constatações:** O Portal de Transparência do Município de Mucurici tem passado por constantes atualizações e evoluído significativamente em relação aos anos anteriores, dando aos cidadãos um amplo e irrestrito acesso às informações da Gestão Municipal com implantação de mecanismos e ferramentas que o Poder Público deve oferecer ao cidadão para uma transparência mais eficaz. Através de uma consulta e análise no Portal da Transparência do município de Mucurici verificamos que foram feitas movimentações e divulgações de informações pormenorizadas.

## 2.4. Limites constitucionais e legais

2.4.4	Dívida pública – evidencição no RGF	Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre de 2022 (anexo II) Demonstrativo da dívida consolidada líquida..	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º inciso III	Nos casos em que a dívida consolidada líquida Estado/Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I, do art. 4º, avaliar se o limite apurado anualmente após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avos) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art.54 da Lei	A resolução nº 40 de 2001 dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e a mobiliária dos Estados do DF e dos municípios em atendimentos ao disposto no art. 52, VI e IX, da CF art. 3º A dívida consolidada líquida dos Estados, Distrito Federal e dos municípios, ao final do 15º exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação desta resolução, não poderá exceder, respectivamente, a: II – no caso dos municípios: a 1,2 (um	Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre de 2022 (anexo II) – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, e resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art 4º, inciso III.
-------	-------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



# Prefeitura Municipal de Mucurici

## Estado do Espírito Santo

### CONTROLE INTERNO

				Complementar nº 101 de 2000.	inteiro e dois décimos) vezes a RCL, definida na forma do art. 2º. Parágrafo único. Após o prazo a que se refere o caput, a inobservância dos limites estabelecidos em seus incisos I e II sujeitará os entes da Federação às disposições do art. 31 da LC nº 101/2000.	
--	--	--	--	------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

**Constatações:** O RGF do 2º semestre de 2022 (anexo II) – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida apresentou na Data Base 31/12/2022 uma disponibilidade de caixa = R\$ 15.835.552,16 (quinze milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos) valor suficiente para cobrir a dívida = R\$ 586.433,82 (quinhentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos), sendo possível afirmar que o município não ultrapassou o limite definido pela Resolução do Senado Federal de 120% (cento e vinte por cento) da RCL.

## 1.2 Constatações e Proposições

**1.1.3, 1.4.7, 1.4.10 e 1.4.11** - A recomendação é para que o Gestor Municipal realize através da Secretaria Municipal de Finanças e Administração, o monitoramento constante da data de transferência referente aos créditos especiais e suplementares aos órgãos do Poder Legislativo; Que observe as receitas e despesas, inclusive com regular verificação da Despesa Total com Pessoal para que o índice sempre esteja distante do limite prudencial que é a partir de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento), o qual foi devidamente seguido, sendo que o índice no exercício de 2022 ficou a 6.75% (seis vírgula setenta e cinco por cento) de distância do Limite de Alerta. estabelecido pela LRF.

**2.1.2, 2.2.14** - A recomendação é para que o Gestor Municipal possa seguir cumprindo efetivamente os critérios de limitação de empenho e realizando a edição de decretos para tal.

**2.2.22** - A recomendação é para que o Gestor solicite o aprimoramento do Portal de Transparência adequando-o para uma navegação fácil e rápida através do chamado “2 cliques” critério para se ter uma boa usabilidade, e para que possa



# **Prefeitura Municipal de Mucurici**

## **Estado do Espírito Santo**

### **CONTROLE INTERNO**

automatizar o software e a exportação das informações do setor de licitações, contratos, contábil, estoque, almoxarifado e RH para o Portal de Transparência, conforme definido pelo Decreto Federal nº 7.185/2010, que considera a liberação em “tempo real” à disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo sistema, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento, atendendo assim as disposições legais.

## **2. PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Atanael Passos Wagmacker, Prefeito do Município de Mucurici/ES, relativa ao exercício de 2022.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 deste manifestação, ao analisar a referida prestação de contas não foram constatadas irregularidades insanáveis no exercício de 2022 quando da aplicação das técnicas de verificação de processos e procedimentos de controle, esboço apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório, estando desta forma as contas regulares.

Mucurici, 30 de março de 2023.

Vanessa Kretli Vieira  
Controladora Interna